

Demonstrações financeiras

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.

31 de dezembro de 2024

Com relatório dos auditores independentes

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	5
Demonstração dos resultados.....	6
Demonstração dos resultados abrangentes	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Demonstração dos valores adicionados.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório do auditor independente sobre a revisão das demonstrações financeiras

Aos
Conselheiros e Administradores da
LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.
Goiânia – GO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Lago Azul Transmissão S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Contingência – alíquotas de presunção

Chamamos atenção para a nota explicativa nº 17.1 das demonstrações financeiras, que apresenta, conforme facultado pela legislação tributária, que a Companhia optou pela tributação no lucro presumido. Sendo assim, o imposto de renda e da contribuição social, foram calculados por meio da aplicação do percentual sobre o faturamento líquido efetivamente recebido ajustado pelo fator de presunção de 8% e 12% respectivamente para imposto de renda e contribuição social somados com as receitas financeiras. Os percentuais de presunção estão em consonância com o disposto no item 44 da Nota Técnica nº 75/SRE/ANEEL e acompanham os critérios adotados por inúmeras empresas do ramo de transmissão. Porém, há discussão quanto a aplicação dessa prática, pois de acordo com a Lei 9.249/1995, artigo 15, para prestação de serviços de construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento de infraestrutura vinculados a contrato de concessão de serviço público, a alíquota de presunção seria de 32% para o cômputo dos referidos impostos

De tal forma, a Receita Federal do Brasil emitiu Auto de Infração datado de 24/02/2022, após ter efetuado procedimento de fiscalização entre 31/03/2021 e 23/02/2022. A LAZ ingressou com impugnação do lançamento contestando as duas infrações então citadas: i. aplicação indevida de percentual de determinação do Lucro Presumido; e ii. Receitas decorrentes da mudança de regime (valores cuja tributação foi diferida). A impugnação foi aceita e juntada ao processo. Os valores constantes das infrações não se encontram provisionados nas referidas demonstrações financeiras. Nossa conclusão sobre as demonstrações financeiras não contém modificações relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro, e emitir um relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 05 de fevereiro de 2025.

TATICCA AUDITORES INDEPENDENTES S.S.

CRC/SP-032267/O-1

Fernando Machado dos Santos

Sócio – Contador CRC/SC-043302/O

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.**Balço patrimonial****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023***(Valores expressos em milhares de reais)*

<u>ATIVO</u>	Notas	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.604	2.035
Concessionárias e permissionárias	5	585	629
Impostos a recuperar	6	276	276
Ativo de contrato	7	4.593	4.473
Outros ativos circulantes		119	165
Total do ativo circulante		9.177	7.578
NÃO CIRCULANTE			
Ativo de contrato	7	46.932	47.092
Imobilizado líquido		6	10
Intangível		63	63
Outros	8	1.343	1.054
Total do ativo não circulante		48.344	48.219
TOTAL DO ATIVO		57.521	55.797
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	87	174
Salários e encargos		88	128
Obrigações fiscais		221	223
Dividendos a pagar	11.c	1.578	1.250
Encargos setoriais		197	164
Outros passivos circulantes		11	11
Total do passivo circulante		2.182	1.950
NÃO CIRCULANTE			
Impostos diferidos	10	3.468	3.470
Provisão para litígios		200	320
Total do passivo não circulante		3.668	3.790
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	11	35.156	35.156
Reserva legal		1.834	1.728
Reserva de retenção de lucros		14.681	13.173
Total do patrimônio líquido		51.671	50.057
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		57.521	55.797

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.
Demonstração dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12	5.455	5.489
Custos de operação e manutenção	13	(1.498)	(1.443)
Custos Operacionais	13	(1.001)	(1.035)
LUCRO BRUTO		2.956	3.011
DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal		(698)	(781)
Serviços de terceiros		(171)	(234)
Aluguéis		(20)	(19)
Tributos		(14)	(19)
Seguros		(4)	-
Depreciação		(4)	(4)
Provisão para litígios		120	-
Total		(791)	(1.057)
LUCRO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		2.165	1.954
Receitas financeiras		199	185
Despesas financeiras		(27)	(29)
RESULTADO FINANCEIRO	15	172	156
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		2.337	2.110
Imposto de renda e Contribuição social correntes	16	(221)	(212)
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	16	1	(5)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		2.117	1.893

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.
Demonstração dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do período	2.117	1.893
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes do período	<u>2.117</u>	<u>1.893</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	RESERVAS DE LUCROS				Total
	Capital social	Reserva Legal	Retenção de lucros	Lucros/ Prejuízos acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	35.156	1.633	11.825	-	48.614
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.893	1.893
Constituição da reserva legal	-	95	-	(95)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(450)	(450)
Reserva de retenção de lucro	-	-	1.348	(1.348)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	35.156	1.728	13.173	-	50.057
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.117	2.117
Constituição da reserva legal	-	106	-	(106)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(503)	(503)
Reserva de retenção de lucro	-	-	1.508	(1.508)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	35.156	1.834	14.681	-	51.671

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo)/Lucro do período	2.117	1.893
Ajuste de itens que não causaram impacto no caixa		
Rendimentos do ativo de contrato	(3.802)	(5.058)
IRPJ/CSLL Diferidos	(1)	4
PIS/COFINS Diferidos	(2)	6
Provisão para litígios	(120)	-
Depreciação	4	4
	<u>(1.804)</u>	<u>(3.151)</u>
Aumento (redução) nos ativos e passivos operacionais		
Concessionárias e permissionárias	44	81
Amortização do Ativo de contrato	3.842	4.900
Outros ativos	47	(94)
Fornecedores	(87)	94
Obrigações fiscais	183	236
Encargos setoriais	33	32
Salários e encargos	(40)	(32)
Outros passivos circulantes	-	8
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>2.218</u>	<u>2.074</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(185)	(171)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>2.033</u>	<u>1.903</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(175)	(1.000)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	<u>(175)</u>	<u>(1.000)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(289)	(879)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	<u>(289)</u>	<u>(879)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.569</u>	<u>24</u>
Início do período	2.035	2.011
Final do período	3.604	2.035
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.569</u>	<u>24</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.
Demonstração dos valores adicionados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
RECEITA		
Receitas relativas à operação e manutenção	676	717
Receitas relativas à remuneração do ativo de contrato	5.064	5.058
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	(16)	(4)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Outros Custos	(2.149)	(2.138)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(55)	(236)
DEPRECIACÃO / AMORTIZAÇÃO		
Depreciação	(4)	(4)
VALOR ADICIONADO LIQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	3.516	3.393
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receita financeira	199	185
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	3.715	3.578
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remuneração direta	733	777
Benefícios	64	76
FGTS	48	50
	845	903
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	614	622
Estaduais	-	3
Encargos Setoriais	76	76
Outras taxas e contribuições	17	29
	707	730
Remuneração de capitais de terceiros		
Arrendamentos e aluguéis	19	23
Juros	-	6
Outros	27	23
	46	52
Remuneração de capitais próprios		
Lucro do período	2.117	1.893
TOTAL	3.715	3.578

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Lago Azul Transmissão S.A. (Companhia), sociedade de economia mista, capital fechado, foi constituída em 09 de dezembro de 2013 e está estabelecida na Rua 104, nº 454, Condomínio Comercial Edifício Jorge Félix Najar, sala nº 3, mezanino, Setor Sul, Goiânia (GO), CEP: 74.083-300. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação e exploração de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em conjunto com o Poder Concedente representado pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1 Da concessão

A Companhia foi constituída a partir do Consórcio Lago Azul, vencedor do Lote D do Leilão de Transmissão nº 07/2013, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 14 de novembro de 2013.

O Lote D é composto pela seguinte instalação, no Estado de Goiás:

- LT 230 kV Barro Alto – Itapaci, C2 (69 km).

As instalações de transmissão são compostas pela:

- Linha de Transmissão Barro Alto – Itapaci, em 230 kV, circuito simples, segundo circuito, com extensão aproximada de 69 km, com origem na Subestação Barro Alto e término na Subestação Itapaci.
- Com entradas de linhas, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Em 19 de setembro de 2016, a Companhia entrou em operação passando a receber a RAP integralmente.

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$ 3.050, valor histórico, e é corrigida anualmente, com base na variação do IPCA no mês de julho de cada ano, e passando por revisão tarifária a cada cinco anos, nos termos do contrato de concessão. A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo de julho de 2024 a junho de 2025, é de R\$ 5.621, conforme Resolução Homologatória nº 3.348, de 16 de julho de 2024.

2 Base de elaboração das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

As demonstrações financeiras da Companhia apresentam informações comparativas ao período anterior e foram autorizadas pela Administração em 05 de fevereiro de 2025.

a) Moeda funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 POLÍTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS CRÍTICAS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras:

3.1 Receita operacional

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

Receita de infraestrutura:

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorrido.

Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente.

Receita de remuneração ativo de concessão:

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de remuneração incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

Receita de operação e manutenção:

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A Companhia observou as orientações do Ofício-Circular nº 04, divulgado pela CVM, na elaboração destas Demonstrações Financeiras, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção, com a adoção das seguintes políticas contábeis:

- Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A taxa interna de retorno utilizada para viabilidade do projeto de transmissão foi de 10,29% a.a.
- A remuneração do ativo contratual é estabelecida no início de cada projeto, em conjunto com a alocação das margens de construção e de operação. A taxa que remunera o ativo de contrato foi 10,27%a.a.

3.2 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2024, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: “Depósitos bancários a vista” e “Concessionárias e permissionárias”.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2024, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: “Aplicações financeiras”.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Em 31 de dezembro de 2024, passivos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado compreendiam “Fornecedores”.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem aos valores mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

3.4 Concessionárias e permissionárias

Correspondem aos recebíveis do contrato de concessão de serviços, compreendendo os valores decorrentes de Instalações de Transmissão de Rede básica (RBL).

3.5 Ativo contratual

A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

Principais características dos contratos de concessão

RAP - A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor - IPCA.

Faturamento da receita de operação, manutenção e construção - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente.

Parcela variável - A receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST.

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - O advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, sendo procedidos os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 846 de 11 de junho de 2019, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

3.6 Impostos e contribuições

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas: (i) Imposto de renda - base de cálculo de 8% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% sobre a base tributável excedente de R\$ 240; e (ii) Contribuição social - base de cálculo de 12% da receita e alíquota da contribuição social de 9%.

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

Quando aplicável, os impostos sobre a renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável.

3.7 Redução ao valor recuperável de ativos

A cada período de reporte, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

A Companhia não identificou perdas por redução ao valor recuperável de ativos a ser reconhecidas nos exercícios apresentados.

3.8 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

3.9 Normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas aplicadas a partir de 01.01.2024

No exercício corrente, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2024
Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto	01/01/2024
Alterações à IAS 1	Passivo Não Circulante com <i>Covenants</i>	
Alterações ao CPC 06/ IFRS 16	Contabilização de <i>leaseback</i>	01/01/2024
Alterações ao CPC 40/ IAS 7 / IFRS 7	Divulgação de informações sobre acordos financeiros	01/01/2024

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

<u>Norma ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após</u>
IFRS 18 Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras	A IFRS 18 substituirá a IAS 1/CPC 26 – Apresentação das demonstrações financeiras	01/01/2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações	A IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas demonstrações financeiras.	01/01/2027

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa e bancos conta movimento	56	133
Aplicação Financeira CEF – CDB Flex Empresarial	595	551
Aplicações financeiras – RF CP Empresa Ágil	2.953	1.351
	<u>3.604</u>	<u>2.035</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2024, a aplicação financeira referente à RF CP Empresa Ágil teve sua rentabilidade nos últimos 12 meses, à taxa de 10,14% e o CDB Flex Empresarial de 100% do CDI. Essas aplicações estão classificadas como disponíveis para negociação e refletem nas datas do balanço, o valor de mercado.

5 CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
A vencer		
Concessionárias e permissionárias	575	470
Vencido		
Concessionárias e permissionárias	34	172
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(24)	(13)
	<u>585</u>	<u>629</u>

A Companhia efetuou revisão dos faturamentos atrasados, considerando as possibilidades de recebimento em função da situação do cliente, tempo de atraso e característica da inadimplência, com base neste estudo efetuou a provisão para créditos e liquidação duvidosa.

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

Em função das tratativas judiciais (NE 17.2), em abril de 2024, depois da liberação da Certidão Positiva com efeito de Negativa dos tributos federais a LAZ recebeu os valores pendentes da CCEE referentes a TUSTs complementares.

6 IMPOSTOS A RECUPERAR

Em 31 de dezembro de 2024, consta mantido o valor de R\$ 276 (mesma posição de 31 de dezembro de 2023), classificado como imposto a recuperar, referente ao imposto de renda retido na fonte quando do resgate de aplicações financeiras, e aos tributos retidos sobre faturamentos.

7 ATIVOS DE CONTRATO

O Ativo de contrato está registrado em consonância com IFRS 15, CPC 047, e Comunicado CVM 13. A seguir constam as principais premissas para mensuração seguem abaixo sumarizados:

- Receita RAP estipulada no contrato de concessão e atualizada anualmente, disposta por resolução homologatória emitida pela ANEEL;
- Curva de investimento guarda relação com previsto no contrato de concessão e taxa de depreciação também em conformidade com o contrato de concessão;
- Taxa de retorno implícita do contrato obtida após a precificação das margens pelo fluxo de RAP esperado no momento da renovação ou celebração contratual em comparação ao fluxo de investimento esperado ou realizado (10,27%);
- Identificação das margens: As margens identificadas refletem a estratégia definida pela Companhia para o contrato de concessão, e varia em função de vários fatores de negócio levantados à época. Todavia, independente das margens, os custos são auferidos diretamente no resultado sem constituição de ativo.
- Parcela variável como critério de risco utilizando o previsto no Plano de Negócio;
- Receitas anuais permitidas conforme previsão do contrato de concessão;

A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Receita Anual Permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são apurados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos, cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo poder concedente.

A movimentação destes ativos, no período findo em 31 de dezembro de 2024, é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	51.407
Atualização monetária	
Amortização do ativo contratual	5.058
Perda	(4.298)
	(602)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	51.565
Atualização monetária	5.064
Amortização do ativo contratual	(4.444)
Perda	(660)

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u><u>51.525</u></u>
---------------------------------	----------------------

Ativo circulante	4.593
Ativo não circulante	46.932

8 Outros ativos não circulantes

Como medida de gestão, para reposição imediata em eventual sinistro, a companhia, considerando a liberalidade estabelecida na cláusula terceira do contrato de concessão, adotou a medida de manter em seu ativo materiais e equipamentos disponíveis.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativos Sobressalentes em depósito	1.265	1.054
Depósito Judicial	78	-
	<u><u>1.343</u></u>	<u><u>1.054</u></u>

9 Fornecedores

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Furnas Centrais Elétricas S.A.	42	41
EDP Goiás	37	37
RBA Loyalty Contadores Associados	3	3
Fornecedores diversos	5	93
	<u><u>87</u></u>	<u><u>174</u></u>

10 Impostos diferidos

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
IRPJ	1.031	1.031
CSLL	556	557
PIS	335	335
COFINS	1.546	1.547
	<u><u>3.468</u></u>	<u><u>3.470</u></u>

A base de cálculo dos tributos diferidos e os efeitos contabilizados no resultado da Companhia, estão demonstrados de forma complementar na NE nº 16.

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

11 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$35.156 (trinta e cinco milhões, cento e cinquenta e seis mil reais), dividido em 35.156.000 (trinta e cinco milhões, cento e cinquenta e seis mil) ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, sem valor nominal, pela COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES S.A. e CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS SA., na proporção de 50,10%, e 49,90%, respectivamente.

O capital social subscrito da Companhia está composto da seguinte forma:

	31/12/2024	
	R\$	Participação
Companhia Celg de Participações S.A.	17.613	50,10%
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	17.543	49,90%
Total	35.156	100,00%

(b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

(c) Dividendos

O estatuto social estabelece a distribuição de dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício após a constituição da reserva legal, outras reservas previstas no estatuto e a absorção de prejuízos acumulados.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral e fará jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro ajustado nos termos da Lei nº 11.638/07. A expectativa da Companhia é de que parte dos dividendos de exercícios anteriores seja paga no decorrer do exercício de 2024, assim que a Companhia apresentar saldo de caixa suficiente para tal distribuição.

	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	2.117
(-) Reserva legal - 5%	(106)
Base dividendos	2.011
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	503
Saldo de dividendos a distribuir	503
Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2023	1.250
Pagamento de dividendos relativos à 2024	(175)
Dividendos mínimos obrigatório	503
Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2024	1.578

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

12 Receita operacional líquida

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Rendimentos sobre ativo de contrato	5.064	5.058
Receita de O&M	676	718
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		
Pis	15.b (37)	(38)
Cofins	15.b (172)	(173)
Encargos regulatórios	(76)	(76)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>5.455</u>	<u>5.489</u>

13 Custos operacionais

<u>Custos operacionais</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Pessoal	(330)	(318)
Serviços de terceiros	(553)	(624)
Aluguéis	-	(4)
Doações, Contribuições e Subvenções	(8)	(9)
Provisão para Devedores Duvidosos	(15)	-
Tributos	(4)	(13)
Outros	(91)	(67)
	<u>(1.001)</u>	<u>(1.035)</u>
Custos de O&M	<u>(1.498)</u>	<u>(1.443)</u>
TOTAL	<u>(2.499)</u>	<u>(2.478)</u>

14 Despesas operacionais

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Pessoal	(698)	(781)
Serviços de terceiros	(171)	(234)
Aluguéis	(20)	(19)
Tributos	(14)	(19)
Depreciação	(4)	(4)
Seguro	(4)	-
Provisão para litígios	120	-
Total	<u>(791)</u>	<u>(1.057)</u>

15 Resultado financeiro

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
RECEITAS FINANCEIRAS	199	185
Receitas de aplicações financeiras	199	185
DESPESAS FINANCEIRAS	(27)	(29)
Outras Despesas Financeiras	(27)	(29)
Resultado financeiro	172	156

16 Impostos e contribuições

a. Tributos diferidos

Os tributos diferidos passivos, cuja base de cálculo é presumida em 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social, foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia, e as variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:

Natureza dos créditos	Base de cálculo	31/12/2024				31/12/2023
		Impostos diferidos	Baixas diferidos	Total Resultado	Total Passivo	
PIS diferido	51.525	29	(29)	-	335	335
COFINS diferido	51.525	132	(133)	(1)	1.546	1.547
IRPJ diferido	51.525	88	(89)	(1)	1.030	1.031
CSLL diferido	51.525	47	(47)	-	557	557
Total		296	(298)	(2)	3.468	3.470

b. PIS e COFINS - Deduções da receita

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita Anual Permitida (RAP)	5.781	5.617
Alíquota de PIS e COFINS	3,65%	3,65%
Valores de PIS e COFINS	(211)	(205)
Imposto corrente no resultado	(211)	(205)
Receita de remuneração e ganhos por efeitos da RTA/RTP	4.404	4.457
Base de cálculo do imposto diferido	4.404	4.457
Alíquota de PIS e COFINS	3,65%	3,65%
Imposto diferido no resultado	(160)	(163)
Baixa de PIS e COFINS diferidos	162	157
PIS e COFINS diferido	2	(6)

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

PIS e COFINS dedução da receita

(209)

(211)

c. Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2024		31/12/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita Anual Permitida (RAP)	5.781	5.781	5.617	5.617
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
(=) Lucro presumido	462	694	449	674
Receitas financeiras	199	199	185	185
	661	893	634	859
Base de cálculo				
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	15%	9%	15%	9%
Valores do IRPJ e da CSLL	(99)	(80)	(95)	(77)
Adicional de 10% - IRPJ	(42)	-	(39)	-
Outras Diferenças				
Imposto corrente no resultado	(141)	(80)	(134)	(77)
Receita de remuneração e ganhos por efeitos da RTA/RTP	4.404	4.404	4.457	4.457
Base de cálculo do imposto diferido	4.404	4.404	4.457	4.457
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
Base presumida	352	528	357	535
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	25%	9%	25%	9%
IRPJ/CSLL diferidos	(88)	(48)	(89)	(48)
Baixa de IRPJ/CSLL diferidos	89	47	86	45
Imposto diferido no resultado	1	(1)	(3)	(3)
Total IRPJ/CSLL no resultado	(140)	(81)	(137)	(80)

17 Provisões para processos judiciais e passivos contingentes

a) Provisão para processos judiciais

A Companhia, em 31 de dezembro de 2024 e 30 de setembro de 2023, não é parte envolvida em processos na esfera administrativa ou judicial, que o risco estimado de perda seja classificado como provável, além dos processos que envolvem ações fundiárias.

b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais e administrativos não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes classificados como de risco possível são apresentados a seguir:

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Processos fiscais		
Alíquotas de presunção de IRPJ e CSLL - Administrativo	1.500	1.500
Créditos tributários - Judicial	257	257
	<u>1.757</u>	<u>1.757</u>

17.1 Diferença de alíquotas de Presunção para fins de IRPJ e CSLL

Em 2021 a Companhia recebeu Termo de Intimação Fiscal, emitido pela Receita Federal do Brasil – RFB, tratando dos percentuais de presunção de 8% para o IRPJ e de 12% para a CSLL, nos exercícios de 2017, 2018 e 2019 e efeitos sobre mudança de regime tributário. Após procedimento de fiscalização a Receita Federal emitiu Auto de Infração Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica, sob no número 17095-720.260/2022-18, datado de 24/02/2022.

A LAZ ingressou com Impugnação do Lançamento em 25/03/2022 contestando as duas infrações então citadas: i. aplicação indevida de percentual de determinação do Lucro Presumido; e ii. Receitas decorrentes da mudança de regime (valores cuja tributação foi diferida). A impugnação foi aceita e juntada ao processo, porém não houve julgamento de mérito. Processo sem movimentação desde 02.06.2022.

17.2 Processo de compensação de créditos tributários - PERDCOMPS

A Companhia ingressou com processos relativos a compensações de créditos tributários por meio de diversas PER/DCOMPs, de créditos recolhidos nos exercícios de 2015 e 2016, contudo, para alguns foram emitidos Despachos Decisórios indeferindo a compensação. A LAZ ingressou com recurso quanto ao Despacho Decisório alegando ter procedido com as devidas retificações da ECF em 30/08/2021.

Não tendo sido consideradas as retificações e deferidas as PRDCOMPS a LAZ ingressou com Ação Anulatória de Débito Fiscal C/C Pedido Liminar, cujo processo foi registrado sob o número 1028496-70.2022.4.01.3400, junto à 21ª Vara Federal Cível da SJDF, com vistas à avaliação do mérito da compensação de crédito da LAZ, requerendo o reconhecimento dos créditos fiscais e anulação de débito fiscal, bem como pedido de liminar para fins de liberação de Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, cuja liminar concedida mediante juntada de apólice de seguro garantia judicial e o mérito ainda não foi julgado.

17.3 Processo de Instituição de servidão.

Ação de Instituição de Servidão movida por Lago Azul contra Carlos Gomes de Passos (processo nº 0263499-55.2015.8.09.0152), na Comarca de Uruaçu (GO). A sentença fixou indenização de R\$ 1.036.254,74 pela passagem da linha de transmissão. O demandado apresentou embargos para aumentar o valor para R\$ 2.278.120,30, enquanto Lago Azul defende a redução para R\$ 37.865,34.

O processo está aguardando o julgamento dos embargos, e há provas e documentações sendo juntada em matéria de apelação para reformar a sentença para o valor de R\$ 37.865,34.

18 Instrumentos financeiros

18.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
-------------------	-------------------

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

Ativos financeiros	Custo amortizado	A valor justo por meio do resultado	Total	Total
Caixa e equivalentes de caixa	56	3.548	3.604	2.035
Concessionárias e permissionárias	585	-	585	629
Impostos a recuperar	276	-	276	276
	917	3.548	4.465	2.940

O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável.

Os principais passivos financeiros da Companhia, em 31 de dezembro de 2024, são mensurados ao custo amortizado, conforme demonstrado a seguir:

Passivos financeiros	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores	87	174
Salários e encargos	88	128
Obrigações fiscais	221	223
Outros passivos circulantes	208	175
	604	700

Classificações contábeis e valores justos

Em 31 de dezembro de 2024 e 30 de setembro de 2023, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- Caixa equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas - contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras.
- Concessionárias e permissionárias - A Administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos.
- Fornecedores e Outros Passivos - A Administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos.

Hierarquia do valor justo

- Nível 1 - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pela Companhia a valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no período observado.

Gerenciamento do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do setor e do mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora tanto condições de liquidez corrente quanto retorno sobre capital, considerando então o resultado líquido sobre o patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários.

18.2 Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas priorizando estratégias conservadoras, visando segurança, e disponibilidade do ativo, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas, em consonância com o rigor requerido às empresas públicas e sociedades de economia mista. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

(a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

(b) Riscos ambientais

As instalações da Lago Azul, constituídas pela linha de transmissão e pelos módulos de entrada de linha nas subestações terminais, não dispendo de equipamentos de transformação ou compensação, encontra-se em fase de operação comercial. Por essa razão e pelas suas características os níveis de impacto ao meio ambiente são muito baixos, levando a que o potencial para passivos contingentes/obrigações referentes a custos ambientais e de limpeza/despoluição seja praticamente nulo. De qualquer forma a companhia conta com serviços de empresa especializada para o devido monitoramento e atendimento às obrigações de natureza ambiental.

(c) Riscos Operacionais

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

- (i) Risco técnico – A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, eventos decorrentes de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, a Companhia pode ter seu caixa impactado pelos custos necessários para o reestabelecimento das instalações às condições de operação, além de possível desconto da Parcela Variável de Indisponibilidade (PVI), decorrente de eventuais indisponibilidades das Linhas de Transmissão.
- (ii) Riscos regulatórios – A Companhia está sujeita a extensa e complexa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia – MME, ANEEL, Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Meio Ambiente, dentre outros
- (iii) Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura - Caso a Companhia, por determinação regulatória, necessite expandir os seus negócios com a construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção,

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Ainda assim, qualquer novo investimento aprovado pelo Poder Concedente será remunerado por incremento da RAP.

19 Partes relacionadas

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 5 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia.

Conforme os conceitos definidos no referido pronunciamento, a Companhia possui como partes relacionadas: as acionistas e o pessoal-chave da administração.

Operações comerciais

Partes relacionadas	Natureza da operação	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Furnas Centrais Elétricas	Contas a receber de faturamento	8	9
		8	9
Passivo			
Furnas Centrais Elétricas	O&M	(33)	(32)
Furnas Centrais Elétricas	CCI	(9)	(9)
		(42)	(41)
Resultado			
Receita			
Furnas Centrais Elétricas	Receita de faturamento	104	108
		104	108
Custo/despesa			
Furnas Centrais Elétricas	O&M	(409)	(392)
Furnas Centrais Elétricas	CCI	(109)	(104)
		(518)	(496)

Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros de administração e fiscal, além dos diretores. O valor da remuneração anual global dos entes para 2024 foi aprovado durante a 18ª AGE, realizada em 8 de julho de 2024. Seguem os valores retroativamente, desde janeiro 2024.

	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração dos Diretores e Conselheiros	103	107
	103	107

20 Seguros

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2024 é como segue:

MAPA DE SEGUROS LT CONTRATADOS PELA LAZ					
VIGÊNCIA		TIPO	APÓLICE	SEGURADORA	COBERTURA (mil R\$)
INÍCIO	FIM				
29/08/2024	29/08/2025	D&O	1001000000496	KOVR Seguradora S.A.	2.000
06/05/2023	06/05/2025	Seguro Garantia Judicial	0306920229907750679037000	Pottencial Seguradora S.A	403,97

21 Eventos subsequentes

No dia 02 de outubro de 2024 foi comunicado a mercado, tanto pela CELGPAR, quanto pela ELETROBRÁS, a formalização do Contrato de Compra e Venda de Ações ("CCVA") que prevê, dentre outros, a aquisição, pela CELGPAR, de 49,9% das ações da Lago Azul Transmissão S.A detidas pela ELETROBRAS.

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

DIRETORIA EXECUTIVA

Antonio Dirceu Guimarães Machado

Diretor de Engenharia e Operação

CPF: 271.620.956-15

Joicymar Oliveira Lopes Vieira

Diretor-Presidente e Diretora

Administrativa-Financeira

CPF: 011.812.496-00

RESPONSÁVEL TÉCNICO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Credibile Soluções Contábeis e Emp. SS Ltda.

CRC/GO 001605/O

Edson Júnior da Silva

Contador Responsável

GO-021788/O-7